



CARTA DE BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), em sua 11ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília (DF), de 17 a 19 de agosto de 2026, deliberou pela adesão à Carta de Brasília, elaborada no âmbito da Primeira Mostra Nacional do Da Terra à Mesa e do 4º Encontro Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Extensionistas do Da Terra à Mesa, realizados em Brasília em junho de 2026. A Carta, reproduzida abaixo em seu texto original, manifesta o pleito pela consolidação do Da Terra à Mesa como Programa permanente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Primeira Mostra Nacional do Da Terra à Mesa e 4º Encontro Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Extensionistas do Da Terra à Mesa

Brasília, 12 de junho de 2026.

*À Senhora Fernanda Machiaveli,
Ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.*

As organizações, cooperativas, associações, redes, movimentos sociais, entidades de assessoria técnica, instituições de apoio à agricultura familiar e equipes dos projetos participantes dos Editais Da Terra à Mesa 2024 e 2025, reunidas em Brasília durante o 4º Encontro Nacional de Ater e Extensionistas, vêm por meio desta Carta pleitear a consolidação do Da Terra à Mesa como Programa permanente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Este pleito fundamenta-se nas evidências de impacto territorial, inovação social e geração de renda construídas coletivamente ao longo dos Editais 2024 e 2025, e visa assegurar continuidade institucional, orçamento próprio e governança participativa para a política pública. Esta Carta de Brasília é uma expressão coletiva das reflexões, aprendizados e proposições construídas a partir das experiências desenvolvidas em diferentes territórios do país.

As experiências compartilhadas neste encontro demonstram que o território não é apenas o espaço onde as políticas públicas chegam ou onde os projetos são executados. O território é núcleo de geração de riqueza social, econômica, ambiental, cultural e produtiva. É nele

que se organizam os sujeitos da agricultura familiar na reafirmação de suas identidades e na defesa do território, se articulam redes de cooperação, se reconhecem saberes locais, se identificam potencialidades produtivas e se constroem inovações camponesas necessárias à transição agroecológica.

A agricultura familiar e a agroecologia ganham força quando partem de uma leitura viva dos territórios, construída com comunidades, organizações locais, cooperativas, associações, técnicos, mulheres, jovens, assentados da reforma agrária, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e demais sujeitos que produzem, cuidam, preservam, defendem e transformam a vida no campo e nas florestas. Essa concepção reconhece que a inovação não vem apenas de fora para dentro, mas nasce também das relações sociais, produtivas, culturais, ambientais e econômicas construídas nos próprios territórios.

Os debates realizados ao longo do encontro evidenciaram que, apesar da diversidade regional, cultural, produtiva e organizativa dos projetos, há elementos comuns que orientam processos concretos de transição territorial: organização social, formação continuada e que viabilize a construção coletiva do conhecimento, assessoria técnica agroecológica, fortalecimento do cooperativismo e do associativismo, estruturação produtiva, integração de cadeias produtivas, valorização das tecnologias sociais, participação de mulheres, jovens e crianças, segurança alimentar e nutricional e construção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

As experiências apresentadas demonstram que os investimentos produtivos — equipamentos, mecanização apropriada, bioinsumos, sistemas de irrigação, tecnologias sociais, unidades de beneficiamento, ferramentas de gestão e comercialização —, fomento e assessoria técnica contínua alcançam melhores resultados quando articulados a processos permanentes de mobilização social, formação, planejamento territorial, governança social, cooperação entre organizações e fortalecimento das capacidades locais.

O Da Terra à Mesa vem revelando o potencial de uma política pública inovadora, capaz de articular desenvolvimento territorial, agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, cooperação econômica, inclusão produtiva, sustentabilidade ambiental e geração de renda nos territórios da agricultura familiar.

Essa concepção não reduz o Da Terra à Mesa a uma única política setorial. Ao contrário, afirma sua natureza integradora. O programa articula assessoria técnica, formação, organização social, estruturação produtiva, cooperação, acesso a mercados, tecnologias sociais, políticas públicas, inovação territorial e transição agroecológica.

A consolidação do Da Terra à Mesa como Programa deve fortalecer sua articulação com políticas públicas estratégicas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), as políticas de segurança

alimentar e nutricional, o cooperativismo, a agroindustrialização familiar, a certificação orgânica participativa, os bioinsumos, a mecanização apropriada, as tecnologias sociais e as estratégias de transição energética justa e democrática.

No contexto da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) e dos desafios climáticos, alimentares e ambientais do país, o Da Terra à Mesa ganha relevância ainda maior. As experiências desenvolvidas nos territórios demonstram que a agricultura familiar e tradicional já constrói caminhos concretos para uma transição agroecológica, energética, produtiva e socialmente justa, baseada na agroecologia, na autonomia, na cooperação, na proteção e convivência com os biomas, na valorização dos conhecimentos locais e na produção de alimentos saudáveis.

Por essa razão, as organizações signatárias defendem que o Da Terra à Mesa seja consolidado como Programa permanente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, com identidade própria, continuidade institucional, orçamento próprio, governança participativa, articulação intersetorial e presença efetiva nos territórios.

A consolidação do Da Terra à Mesa como Programa permitirá dar estabilidade às experiências em curso, ampliar a escala dos resultados alcançados, fortalecer redes territoriais, garantir continuidade aos processos de formação e assessoria, integrar políticas públicas e aprofundar a transição agroecológica da agricultura familiar brasileira.

Defendemos que essa consolidação preserve a centralidade dos territórios, das comunidades e das organizações da agricultura familiar, reconhecendo que são os territórios que produzem as bases concretas da inovação, da cooperação, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade e da geração de riqueza social, econômica e ambiental.

Reafirmamos nosso compromisso com a construção de territórios mais sustentáveis, cooperativos, democráticos e socialmente justos e inclusivos. Colocamo-nos à disposição do MDA para contribuir com o aperfeiçoamento, a continuidade e a institucionalização do Da Terra à Mesa como política pública estruturante para o futuro da agricultura familiar brasileira.

Assinam esta Carta as organizações, redes, cooperativas, associações, entidades de assessoria técnica, instituições de apoio à agricultura familiar e equipes participantes da Primeira Mostra Nacional do Da Terra à Mesa e 4º Encontro Nacional de Ater e Extensionistas do Da Terra à Mesa.

1. Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente (Arca)
2. Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab)
3. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)

4. Ambiental Pesquisas e Projetos (Instituto de Avaliação Pesquisa, Programas e Projetos Socioambientais)
5. Associação Nacional de Fortalecimento da Agrobiodiversidade (Agrobio)
6. Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta)
7. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (Caanm)
8. Instituto Socioambiental de Viçosa (Isaviçosa)
9. Organização Cooperativa Agroecológica (OCA)
10. Centro de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Ceasol)
11. Associação Nacional de Mulheres Cooperativistas da Agricultura Familiar e
12. Economia Solidária (Ascafes)
13. Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (ICAF-RN)
14. Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR)
15. Cooperativa de Trabalho dos Profissionais Autogestionados do Campo e da Cidade (Coopemarc)
16. Cooperativa Terra Livre
17. Fundação Luterana de Diaconia (FDL)
18. Cooperativa da Reforma Agrária & Pequenos Produtores (Cooperamazônia)
19. Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos da Reforma Agrária (Cooperar)
20. Cáritas Brasileira Regional Nordeste
21. Instituto Florescer
22. Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio)
23. Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (Chapada)
24. Casa de Reintegração Social Nova Vida
25. Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária da Região Noroeste do Estado de São Paulo (Coapar)
26. Cooperativa da Agricultura Familiar do Semiárido Brasileiro (Coofasa)
27. Instituição Sindical da Confederação Nacional da Agricultura Familiar do Brasil (Conaf)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em sua 11ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília (DF), de 17 a 19 de agosto de 2026.